programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS
(Rio de Janeiro, 27 - 31 de maio de 1996)

Sessão: Estatísticas das pequenas unidades econômicas

PESQUISA DE ECONOMIA INFORMAL URBANA

Angela Filgueiras Jorge
IBGE/DEREN

(versão preliminar)

PESQUISA DE ECONOMIA INFORMAL URBANA

Angela Filgueiras Jorge
IBGE/DEREN

I - Introdução

As possibilidades de análise das pequenas unidades produtivas ,que constituem o setor informal, e das pessoas nelas ocupadas no Brasil, até agora, eram limitadas pelas próprias características das pesquisas domiciliares e não domiciliares produzidas pelo IBGE. Enquanto as primeiras informavam pouco ou quase nada sobre o tipo de organização produtiva em que se insere o trabalhador, nas segundas, o espaço aberto para a investigação das relações de trabalho e das características dos agentes é pequeno, limitando-se a indicar o número, composição e os salários do pessoal ocupado no estabelecimento/empresa. Isto sem esquecer que as pesquisas anuais por estabelecimento, feitas por amostragem, abrangem apenas aquelas empresas que se encontram acima de determinado porte.

Os resultados das pesquisas domiciliares, principalmente da Pesquisa Mensal de Emprego - PME, indicam que a tendência de crescimento do número de trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira assinada, já observada na década de 80, não apenas se mantém, como também se intensifica nos primeiros anos da década de 90. Isso, por sua vez, reforça a necessidade de estudar com maior profundidade os pequenos estabelecimentos e trabalhadores independentes, usualmente associados à economia informal urbana.

Em consequência verificou-se a necessidade de implementar uma pesquisa específica sobre o tema, a Pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF que visa captar o papel e a dimensão do setor informal na economia brasileira. Procura-se identificar os proprietários de negócios informais: trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores, nos domicílios em que moram, e através deles investigar as características de funcionamento das unidades produtivas.

I.1 - Objetivos da pesquisa

A pesquisa de Economia Informal Urbana foi concebida com a finalidade de produzir informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento sócio econômico do país.

Seus principais objetivos são:

- identificar as atividades econômicas desenvolvidas em unidades produtivas, que deixam de ser captadas ou o são apenas parcialmente pelas fontes estatísticas disponíveis;

- dimensionar o peso real destas atividades em termos da geração de oportunidades de trabalho e rendimento;

- ampliar a base de informações necessárias para o Sistema Consolidado das Contas Nacionais; e

- subsidiar os estudos sobre condições de trabalho e remuneração; em particular aqueles relacionados às situações de pobreza urbana no país.

I.2 - Desenvolvimento do projeto

O planejamento desta pesquisa iniciou-se em 1990 com os primeiros resultados dos Censos Econômicos de 1985, especialmente o das micro empresas.

Um pré-teste foi planejado com a finalidade de testar a metodologia, os instrumentos de coleta e conceitos a serem adotados em pesquisa de âmbito nacional. Realizado no município do Rio de Janeiro, em novembro de 1992, incluiu cerca de 250 domicílios, em que pelo menos um dos moradores era trabalhador por conta própria ou empregador com até 5 empregados. Estes domicílios foram selecionados intencionalmente a partir do cadastro da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD-90).

O segundo passo importante foi a realização de uma pesquisa piloto na cidade do Rio de Janeiro, que abrangeu todas as etapas previstas na implantação da pesquisa a nível nacional: seleção de amostra de setores censitários; listagem dos domicílios destes setores; entrevistas; apuração; expansão e tabulação das informações.

A próxima etapa do projeto prevê a implantação da pesquisa sobre Economia Informal Urbana nas regiões metropolitanas e em alguns centros urbanos de expressão regional, em 1997.

II - Definição de setor informal e delimitação do universo de pesquisa

Não existe um acordo geral sobre o significado e alcance exatos deste conceito, pois a magnitude, natureza e composição do setor informal variam entre diferentes regiões e países, de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias. Entretanto, com base nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho -OIT, em janeiro de 1993, consideramos que:

. para delimitar o âmbito do setor informal o ponto de partida é a unidade econômica - entendida como unidade de produção - e não o trabalhador individual, ou a ocupação por ele exercida;

. fazem parte do setor informal as unidades econômicas que produzem bens e serviços, com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo;

. as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção;

.embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal, na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não a seu status legal, ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; e

. que a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.

Na operacionalização estatística desta definição, decidiu-se que pertencem ao setor informal, todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias, e sem levar em conta o número de proprietários ou trabalhadores não remunerados que envolva. São consideradas ocupadas no setor informal todas as pessoas que trabalham nestas unidades produtivas, independentemente de sua posição na ocupação.

Como conseqüência desta definição operacional, uma primeira limitação da pesquisa resulta de seu recorte urbano. Assim sendo, ela deixa de cobrir as atividades não agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios rurais - de que servem de exemplo a pequena indústria alimentar, artesanato, confecção e serviços - e que, em virtude de seu próprio modo de organização e do cálculo econômico que as rege, deveriam, a rigor, estar incluídas no espectro da economia informal. Justificam tal procedimento a significativa elevação dos custos operacionais que a cobertura de domicílios rurais acarretaria para a pesquisa, e a evidência empírica de que é nos grandes centros urbanos que se concentra a parcela mais expressiva da economia informal.

Por outro lado, estão também excluídos do universo da pesquisa o conjunto de pessoas ligadas às atividades ilegais e a chamada "população de rua ". Quanto às primeiras, o pressuposto é de que dificilmente suas atividades (jogo de bicho, narcotráfico etc.) poderiam ser captadas por uma pesquisa como esta. Quanto às populações de rua, de número e importância crescentes nas áreas metropolitanas, considera-se que devam vir a se constituir em objeto de pesquisa específica, mas certamente com recorte e natureza distintos dos da presente pesquisa. Com o que, o espectro desta se reduz ao conjunto de práticas econômicas "socialmente aceitas", levadas a efeito por indivíduos domiciliados.

Na definição operacional das unidades produtivas a serem consideradas na economia informal, o corte no número de empregados é um corte arbitrário. Reconhece-se que o caráter informal de uma determinada atividade não é dado apenas por seu tamanho, mas,

principalmente, pela particular divisão técnica e social do trabalho, que ali se estabelece Admite-se, contudo, que essa divisão tende a passar também pelo número de pessoas ocupadas e se fixa o mesmo corte já adotado por diversos estudos sobre a economia informal.

A decisão de investigar, em profundidade, os informantes que se autoclassificam como empregadores (com até 5 empregados) e trabalhadores por conta própria, em qualquer de suas situações de trabalho, é outro fato a ser considerado. Significa reconhecer que os indivíduos podem participar da economia informal, seja através de seu trabalho principal, seja do secundário.

Os trabalhadores domésticos - por conta própria ou empregados, embora pertencentes ao setor informal, não foram objeto da pesquisa por considerar-se que as informações relevantes para essa categoria são exaustivamente pesquisadas anualmente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD.

III - Metodologia

A pesquisa sobre Economia Informal Urbana é uma pesquisa por amostragem de domicílios situados em áreas urbanas, onde se busca identificar os trabalhadores por conta própria e empregadores com até 5 empregados em pelo menos uma situação de trabalho. Estes indivíduos, proprietários de unidades econômicas pertencentes ao âmbito da economia informal, deverão prestar informações detalhadas sobre as características de organização e funcionamento de seus empreendimentos.

Esta pesquisa é feita em duas etapas. Na primeira - a de Listagem - é feito um cadastro exaustivo dos domicílios situados nos setores selecionados para a amostra onde residem proprietários de unidades produtivas informais. Na segunda fase, as entrevistas são realizadas nos domicílios. Procura-se combinar, no corpo do questionário, perguntas referentes não apenas ao indivíduo, mas também à firma ou ao negócio que opera, reconhecendo a existência, na prática, de empresas individuais e familiares e com isso rompendo, por ser artificial, a rigidez das barreiras entre pesquisas domiciliares e pesquisas de estabelecimentos

II.1 - O desenho da amostra

A pesquisa da Economia Informal Urbana é realizada utilizando uma amostra probabilística de domicílios, selecionados em dois estágios. No primeiro são selecionadas as unidades primárias - os setores urbanos e, então, as unidades secundárias - os domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos.

O primeiro passo do processo de seleção da amostra consistiu na estratificação dos setores urbanos em três grupos: alta, média e baixa renda, utilizando para isso a informação do rendimento da pessoa responsável pelo domicílio do Censo Demográfico de 1991. Pretendeu-se, dessa forma, obter conjuntos mais homogêneos de setores, reconhecendo-se que os proprietários do setor informal podem pertencer a qualquer classe de rendimento.

Dentro de cada estrato, os setores foram selecionados com probabilidade proporcional ao total de unidades domiciliares ocupadas em 1991.

Nos setores selecionados foi realizada uma operação de listagem, que visava identificar as unidades domiciliares que faziam parte do universo da pesquisa, isto é, aquelas que tinham moradores ocupados como conta própria, ou empregadores com até 5 empregados, em qualquer uma de suas situações de trabalho. Além disso, os domicílios de interesse da pesquisa foram classificados segundo o grupo de atividade a que pertenciam.

Uma vez realizada a listagem, as unidades domiciliares a serem entrevistadas foram selecionadas obedecendo ao seguinte critério. Definiu-se que seria de 15, o número de domicílios selecionados por setor, os quais seriam distribuídos proporcionalmente entre os grupos de atividades existentes no setor, ou seja:

$$nj = \frac{Nj}{N} \cdot 15$$

Onde: nj = total de domicílios selecionados em um estrato de atividade qualquer (j), no setor.

Nj = total de domicílios listados no estrato de atividades (j) no setor.

N = total de domicílios listados, considerando todos os estratos de atividade, no setor.

Após a distribuição proporcional do total de domicílios a serem selecionados pelos estratos de atividades, alguns ajustes foram feitos a nível de cada setor. Inicialmente, para aqueles grupos de atividade em que o número de domicílios selecionados foi menor que 2 elevou-se para 2 o número de domicílios selecionados no grupo; ou se não foi possível, porque só havia 1 domicílio listado no grupo, este único domicílio foi selecionado.

E, para completar, o total de domicílios selecionados por grupo de atividade poderia ter sido aumentado, em função da seleção original ter levado a uma baixa freqüência de domicílios no grupo. Dessa maneira pretendeu-se evitar que os grupos de atividades mais rarefeitos ficassem mal representados.

Esses procedimentos de correção do tamanho da amostra implicaram em aumento do número final de domicílios selecionados por setor.

II.2 - Operação de listagem

A operação de listagem, que consiste na geração de uma lista dos domicílios existentes em áreas pré-selecionadas, é uma etapa fundamental para o bom êxito da pesquisa. É nesta fase que se identificam os endereços dos proprietários do setor informal e as atividades econômicas por eles desenvolvidas. A lista de domicílios onde moram esses proprietários serve, então, de base para a seleção da amostra de informantes da pesquisa. Se não forem identificadas as atividades informais em alguns domicílios, eles não poderão ser incluídos na

amostra. Deve-se garantir, portanto, que a lista das unidades domiciliares existentes nos setores relacionados seja completa e que cada um deles seja listado apenas uma vez.

Mais do que uma simples relação de endereços das unidades domiciliares, na listagem foi necessário fazer uma pequena entrevista, para saber basicamente as seguintes informações:

- quais moradores de cada domicílio trabalhavam no período de referência?

- entre estes moradores ocupados, quais eram proprietários de unidades econômicas do setor informal, em pelo menos uma situação de trabalho?

- quais as atividades que esses proprietários do setor informal desenvolviam?

Reconhecendo que num mesmo endereço podem morar proprietários do setor informal que desenvolvem atividades separadas e distintas, para possibilitar a seleção da amostra, foi necessário classificar cada domicílio em apenas um grupo de atividade, do que decorreu a necessidade de estabelecer uma ordenação de prioridades entre diferentes atividades. Isso porque, para efeito de seleção da amostra de domicílios, precisamos dar oportunidade de seleção aos domicílios cujas atividades são menos freqüentes. Caso contrário, sabemos de antemão, que as atividades de prestação de serviços e comércio, que são as mais freqüentes entre as pessoas ocupadas e, em especial no caso de conta própria e pequenos empregadores, teriam maior chance de serem escolhidas. Desse modo, o domicílio foi selecionado por determinada atividade, embora na entrevista, quando da aplicação do questionário, tenham sido consideradas as outras atividades exercidas pelos demais moradores que eram conta própria ou pequenos empregadores.

II.3 - Operação de entrevistas

Na operação de entrevistas da ECINF-94 foram utilizados dois tipos de questionário: o primeiro para levantamento de informações de características do domicílio e de seus moradores - ECINF 201 - Questionário do Domicílio e o segundo para a investigação das características das unidades produtivas pertencentes ao setor informal e de seus proprietários - ECINF 202 - Questionário Individual.

O Questionário do Domicílio é o instrumento utilizado para o levantamento das informações referentes a cada unidade domiciliar selecionada para a amostra e a seus moradores.

Seu objetivo é identificar o número de moradores dos domicílios selecionados e, principalmente, a situação de trabalho para aqueles que tem 10 anos ou mais de idade. Através da situação de trabalho busca-se identificar os moradores que desenvolvem algum trabalho como conta própria ou empregadores com até 5 empregados: os proprietários das unidades produtivas pertencentes ao setor informal.

O Questionário Individual deve ser aplicado somente aos moradores que foram identificados como empregadores com até 5 empregados ou trabalhadores por conta

própria, em pelo menos um dos trabalho que tinham no mês de referência, através do Questionário do Domicílio. Seu primeiro objetivo é identificar as atividades desenvolvidas nas pequenas unidades produtivas. Através de variáveis como receitas e despesas, equipamentos, instalações e número de pessoas ocupadas, é possível dimensionar a participação destas pequenas unidades na geração da produção e de postos de trabalho. Investiga-se, também, sua forma de funcionamento e o relacionamento com outras unidades econômicas.

As informações pesquisadas são de importância fundamental para a mensuração da participação do setor informal na geração de empregos e rendimento, ou seja, de sua contribuição para o PIB.

O nível de organização, formalização e/ou visibilidade dessas unidades econômicas pode ser apreendido de várias formas, entre as quais a regularização propriamente dita do negócio (constituição jurídica e registro junto às autoridades públicas), o tipo de contabilidade adotada para registro das transações, a composição do quadro do pessoal ocupado e o local onde se desenvolve a atividade.

A evidência de um grande número de "sócios", nos resultados trazidos pelos Censos Econômicos de 1995 - Volume Microempresas, alerta para a possibilidade de que o mesmo venha a ocorrer com as atividades englobadas pela economia informal. No caso de empresas familiares, cujas atividades se desenvolvem no âmbito doméstico, fica fácil identificar a sociedade e evitar duplicação. O problema surge com "sociedades" provavelmente, mais freqüentes em contexto urbano, em que os parceiros residem em domicílios diferentes; daí a necessidade de investigar a existência de sócios.

Partindo do pressuposto de que uma das características básicas do setor informal é a forte identificação entre a unidade produtiva e o produtor direto, procura-se, também, extrair do informante a visão que tem de seu próprio empreendimento e de suas perspectivas econômicas. Nesse sentido, busca-se levantar os principais problemas que vem enfrentando para manter o negócio, se e em que medida foi este afetado pela conjuntura recessiva dos últimos anos, e quais os planos para o futuro (expansão/retração/manutenção do nível de atividade ou fechamento do negócio).

Na última parte desse questionário as características individuais dos proprietários são as variáveis pesquisadas. As características do último trabalho que cada informante teve (atividade do negócio, posição na ocupação, etc.) possibilitam estudos específicos sobre a origem e a trajetória dos proprietários das unidades pertencentes ao setor informal.

Por outro lado, o exame das pré-condições para o ingresso na atual atividade e do tempo de permanência nesta, permite avaliar em que medida a hipótese levantada em vários estudos, quanto à "inexistência de barreiras à entrada no setor informal", se aplica à realidade brasileira.

Levantam-se, ainda, características de migração e nível de escolaridade, variáveis fundamentais para qualquer análise relativa ao mercado de trabalho.

Por fim, as pessoas que tem dois ou mais trabalhos, devem informar alguns quesitos básicos sobre o trabalho em que não é conta própria ou pequeno empregador: setor de atividade, posição na ocupação, horas trabalhadas e rendimento mensal.

IV - A Economia Informal no Rio de Janeiro

Os primeiros resultados, do projeto que agora divulgamos, referem-se à pesquisa de Economia Informal Urbana, realizada no município do Rio de Janeiro em 1994. A primeira etapa da pesquisa, a listagem, ocorreu durante o mês de setembro em 128 setores censitários selecionados para a amostra, onde existiam 42 969 domicílios particulares . Verificou-se que em 10 071 deles moravam proprietários de unidades econômicas pertencentes ao setor informal, dos quais 2 283 foram selecionados para a etapa de entrevistas de acordo com o grupo de atividade.

IV.1 - Tamanho do setor informal urbano no Rio de Janeiro

Os resultados da pesquisa de Economia Informal Urbana mostram que, no Rio de Janeiro, em outubro de 1994, existiam 444.420 empresas informais que ocupavam 559.974 pessoas; trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados e trabalhadores não remunerados. Essas unidades produtivas geraram um excedente de 246 milhões de reais, no mês de referência, para seus proprietários.

O setor informal compõe-se de atividades bastante diversificadas, que são desenvolvidas em unidades econômicas com alto grau de heterogeneidade, quanto a sua forma de organização, funcionamento e nível de formalização. Nestes comentários procuraremos evidenciar as potencialidades da ECINF para compreensão do setor, tratando em primeiro lugar das características das empresas do setor informal e, em seguida, das pessoas ocupadas nestas unidades, particularmente de seus proprietários (trabalhadores por conta própria e empregadores com até 5 empregados).

Principais características das empresas do setor informal

As empresas de trabalhadores por conta própria predominam no setor, respondendo por 91% das unidades produtivas pesquisadas. No total das empresas as duas atividades mais representadas são as do grupo serviços de reparação, serviços pessoais, serviços de diversão e serviços domiciliares (25% das empresas) e do comércio (23%). Cabe mencionar ainda, que quando analisadas por tipo - empresas de conta própria e empresas de empregadores a composição setorial é bastante alterada. Entre as empresas de empregadores, aparecem, em primeiro lugar, as de comércio e de serviços técnicos e auxiliares, enquanto entre as de conta própria têm maior importância as de serviços de reparação, serviços pessoais, serviços de diversão e serviços domiciliares.

Tabela 1 - Distribuição das empresas informais por tipo, segundo o grupo de atividade (%)

Grupo de atividade	Total	Empresas de conta própria	Empresas de Empregador
Total	100,0	100,0	100,0
(Valor absoluto)	(444.420)	(404.544)	(39.876)
Indústria de Transf. e Ext. Mineral	9,8	9,7	10,6
Contrução	11,3	11,3	11,4
Comércio	22,7	22,7	22,4
Serviços de Aloj. e Alimentação	7,9	7,8	9,0
Serviços de Transporte	5,4	5,7	2,0
Serv. Repar, Pess, Diver. e Domic.	25,1	26,3	12,8
Serviços Técnicos e Auxiliares	14,0	13,2	22,4
Outros Serviços	3,8	3,3	9,3

Mais de 94% dessas unidades tem um único proprietário, sendo que apenas nos serviços de alojamento e alimentação observa-se maior participação relativa de sociedades. Por outro lado, só 7% dessas unidades tem algum tipo de constituição jurídica, 93% não tem qualquer formalização que as separe de seus proprietários. É importante ressaltar que entre aquelas constituídas juridicamente, prevalecem as atividade comércio (41% das empresas com constituição jurídica), serviços técnicos e auxiliares (24%) e alojamento e alimentação (17%).

Tabela 2 - Distribuição das empresas do setor informal por constituição jurídica (%)

Grupo de atividade	Total	Empresas sem Constituição Jurídica	Empresas com Constituição Jurídica
Total	100,0	100,0	100,0
(Valor absoluto)	(444.420)	(413.374)	(30.166)
Indústria de Transf. e Ext. Mineral	9,8	10,0	8,0
Contrução	11,3	12,2	0,0
Comércio	22,7	21,3	41,4
Serviços de Aloj. e Alimentação	7,9	7,2	16,9
Serviços de Transporte	5,4	5,8	0,0
Serv. Repar, Pess, Diver. e Domic.	25,1	26,3	8,5
Serviços Técnicos e Auxiliares	14,0	13,2	23,9
Outros Serviços	3,8	4,0	1,0

As atividades das empresas do setor informal são desenvolvidas no próprio domicílio dos proprietários em 32% dos casos; no domicílio de clientes ou em local por eles designados em 28%; em local adequado ao exercício da atividade, como lojas, oficinas e escritórios em 20%; na via pública em 13% e em veículos em 6% dos casos. Obviamente esta distribuição varia de acordo com a atividade, como no caso do comércio, onde a via

pública representa 41%, e na indústria, onde o próprio domicílio responde por 65% da atividade.

Tabela 3 - Distribuição das empresas do setor informal por local de funcionamento segundo grupo de atividade

(%)

Grupos de atividade	Total	No domicílio	Loja, oficina	Domicílio de cliente	Via Pública	Veículo	Outros
Total	100,0	31,6	19,7	28,0	13,0	6,0	1,2
Indust. Transf. e Ext. Mineral	100,0	64,6	14,8	15,8	1,7	0,0	3,1
Construção	100,0	1,3	1,5	96,4	0,0	0,0	0,0
Comércio	100,0	17,1	14,8	24,2	40,6	2,6	0,4
Serviço de Aloj. e Alimentação	100,0	44,9	31,6	3,7	14,6	1,2	1,1
Serv. de Transporte	100,0	0,0	0,4	0,0	10,6	89,0	0,0
Serv. Repar, Pess,Diversões e Dom.	100,0	53,0	14,9	25,5	3,2	0,6	2,0
Serviços Técnicos e Auxiliares	100,0	20,0	49,8	18,8	7,7	2,2	1,6
Outros Serviços	100,0	41,1	40,0	18,9	0,0	0,0	0,0

Quase todas as empresas funcionam regularmente todos os meses do ano (92%), sendo que apenas 7% tem características marcadamente sazonais[1] e menos de 1% funcionam apenas ocasionalmente, sem qualquer regularidade.

O grau de formalização pode ser, também, avaliado através do tipo de contabilidade que adotam para registrar as transações diárias relativas ao funcionamento do negócio. Cerca de 46% das empresas não faz qualquer registro contábil de suas transações, enquanto em outros 46% dos casos estas anotações são feitas pelo próprio proprietário. Apenas 7% das empresas informaram utilizar os serviços profissionais de contadores para tal. A proporção de empresas de empregadores que mantêm algum tipo de registro é muito superior a de empresas de conta própria, indicando que as primeiras são mais organizadas e/ou têm maior complexidade.

Tabela 4 - Distribuição das empresas do setor informal segundo a forma de contabilidade

(%)

Forma de contabilidade	Total	Empresas de conta própria	Empresas de Empregador
Total	100,0	100,0	100,0
Não registra nada	45,8	49,3	9,7
Registra sozinho	45,9	45,6	49,1
Contador	7,3	4,1	39,8
Outra forma	0,8	0,7	1,2

[1] Como os resultados referem-se a outubro, esta informação diz respeito somente àquelas empresas com atividade sazonal neste período. Se a amostra fosse distribuída ao longo do ano poderia mostrar o total da atividade sazonal no ano.

Esta falta de registro adequado de custos é uma das principais razões para que o principal fator na determinação dos preços dos produtos e serviços seja a "negociação com clientes", (42%) e, em seguida o "preço dos concorrentes" (23%). Menos de 14% das empresas definem os preços a partir da apuração dos custos incorridos.

Tabela 5 - Distribuição das empresas do setor informal segundo o fator determinante para fixação de preços (%)

Determinante do preço	Total	Empresas de conta própria	Empresas de Empregador
Total	100,0	100,0	100,0
Concorrência	23,3	22,8	28,5
Custos	13,7	13,5	16,0
Negociação	42,2	43,7	27,3
Cliente determina	1,3	1,4	0,1
Tabelado	10,8	11,0	9,5
Outro fator	7,4	6,4	17,1

Outras indicações do baixo grau de formalização do setor são a pequena proporção de empresas que têm algum tipo de licença municipal ou estadual para seu funcionamento (22%), e de filiação a sindicatos de classe (13%). É importante mencionar que essas participações variam segundo o tipo de empresa e a atividade. Por exemplo, em algumas atividades como as de transporte e de serviços técnicos e auxiliares, onde o licenciamento e/ou sindicalização são elementos fundamentais para o exercício da atividade, essa participação é bem mais elevada.

O porte das unidades econômicas do setor informal, se visto pela ótica do faturamento, apresenta grande variação de acordo com o tipo de empresa e o grupo de atividade em que a empresa pertence, bem como da existência de sócios. As empresas de empregadores situam-se em faixas de receita mais elevadas do que a dos conta própria.

Tabela 6 - Distribuição das empresas do setor informal por classes de receita mensal (%)

Classe receita mensal (R$)	Total	Empresas de conta própria	Empresas de Empregador
Total	100,0	100,0	100,0
1,00 a 50,00	3,1	3,4	0,00
51,00 a 100,00	8,1	8,9	0,00
101,00 a 200,00	16,9	18,4	1,0
201,00 a 500,00	27,6	29,8	5,9
501,00 a 1.000,00	18,2	17,9	21,7
1.001,00 a 2.000,00	12,1	11,2	20,5
2.001,00 a 5.000,00	8,6	6,0	34,2
5.001,00 ou mais	2,5	1,3	14,4

Nas classes de receita até R$ 5.000,00 por mês predominam empresas de conta própria, enquanto na última classe esta situação é inversa. Entretanto a avaliação correta das diferenças deve levar em consideração também a atividade desenvolvida, já que apenas 2,5% das empresas alcançam mais de R$ 5.000,00 por mês e 55,7% recebem até de R$ 500,00.

As empresas dos serviços técnicos e auxiliares são as que apresentam relativamente mais participação nas classes de receita acima de R$ 2.000,00, seguidas das de comércio. Por outro lado as atividades da indústria de transformação e de serviços de reparação, serviços pessoais, serviços de diversões e serviços domiciliares tem quase 19% de suas empresas auferindo até R$ 100,00 por mês, cerca de 1 salário mínimo.

O valor médio da receita mensal auferida pelas empresas pesquisadas foi de R$ 1.131,30. A receita média mais elevada é a das empresas do comércio (R$ 2.148,62) e as menores a da construção civil, (R$ 450,94) e das empresas do grupo de serviços de reparação, serviços pessoais, serviços de diversões e serviços domiciliares (R$ 476,87).

As empresas do setor informal vendem seus produtos e serviços principalmente para o consumo final. Metade delas afirmam ter clientela fixa, sendo que, destas, 82% vendem para pessoas, 11% para empresas pequenas e 5% para empresas grandes. Empresas industriais e de transporte têm maior vínculo com as empresas grandes, sendo esta uma indicação de que podem ser subcontratadas de empresas do setor formal.

Alguns dos quesitos necessários à formulação e avaliação de políticas públicas para o setor, como o acesso a crédito, endividamento, assistência técnica, jurídica ou treinamento, apresentaram uma frequência de respostas muito pequena. Entretanto, pode-se afirmar que essa situação resulta da inexistência de políticas anteriores, no Brasil, para o desenvolvimento do setor.

Quanto à utilização de créditos e financiamentos para desenvolver a atividade: apenas 1,7% declararam ter utilizado crédito nos últimos três meses anteriores à data da pesquisa; embora 3,1% dos restantes tenha afirmado ainda estar pagando dívidas contraídas em períodos anteriores. A utilização de crédito foi mais frequente entre as empresas de alojamento e alimentação e as de indústria.

Entre aquelas que utilizaram recursos de terceiros, estes foram obtidos principalmente com amigos ou parentes (52%) e em 35,8% dos casos com empresas do sistema financeiro, sendo utilizados em sua maioria para compra de matéria-prima e mercadorias (54,1%) ou pagamento de dívidas anteriores (20%).

Para o estudo da intensidade de capital nas pequenas unidades produtivas foram investigados o estoque de bens de capital existentes na data da pesquisa e o volume de investimentos feitos nos últimos doze meses anteriores. Verificou-se que cerca de 26% não necessitam de qualquer equipamento para desenvolver a atividade, 3% usam equipamentos emprestados ou alugados e 69% têm algum equipamento próprio. As empresas de empregadores distinguem-se por apresentar maior proporção de equipamentos próprios (83%). Contudo, a parcela de empresas que fez investimentos no ano anterior a pesquisa é

relativamente pequena (9,5%), e utilizaram, principalmente, os lucros de exercícios anteriores para este investimento.

As informações sobre a formação e utilização de capital fixo nestas unidades tem um caráter mais indicativo do que definitivo, devido as dificuldades de estimação dessas variáveis, seja porque foram avaliadas subjetivamente por seu custo de aquisição seja porque há dificuldades em separar claramente os equipamentos usados no processo de produção daqueles que são de uso familiar, doméstico.

Como a quase totalidade das empresas possui um único proprietário, procurou-se avaliar as dificuldades e perspectivas do negócio a partir de sua percepção quanto as dificuldades que enfrenta para desenvolver suas atividades e quanto a seus planos para o futuro. A principal dificuldade encontrada no desenvolvimento do negócio, durante o ano, foi a falta de clientes segundo 27% das empresas. Entretanto, 73% afirmou que o negócio em 1994 teve o mesmo desempenho dos anos anteriores, sendo que 16% declarou ter ocorrido uma redução do nível de atividade, proporção que alcança 23% entre as empresas de empregadores. Porém, 39% das unidades tem como perspectiva para o futuro crescer, aumentar o nível de atividade, enquanto 37% espera permanecer com o mesmo nível atual. Apenas 8% dos proprietários, principalmente entre os conta própria, demonstraram estar insatisfeitos e pretender abandonar a atividade e procurar um emprego. Estes últimos são mais representativos da atividade de construção civil.

Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal

Entre as 600 mil pessoas ocupadas nas empresas pesquisadas, 85% são seus proprietários (trabalhadores por conta própria e empregadores), 14% são empregados (em sua maioria, sem carteira de trabalho assinada - 71%) e 1% são trabalhadores não remunerados. A participação dos homens é de 60% em praticamente todas essas categorias de posição na ocupação, pois somente entre os não remunerados observa-se maioria de mulheres (81,6% contra 18,4% de homens).

Tabela 7 - Distribuição das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal por gênero (%)

	Total	Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0	100,0
(Valor absoluto)	(559.974)	(334.693)	(225.281)
Conta própria e empregador	84,6	86,8	81,8
Empregado com carteira assinada	4,2	3,6	5,0
Empregado sem carteira assinada	10,2	9,3	11,5
Não remunerado	1,0	0,3	2,1

Na caracterização dos empregados e não remunerados que trabalham nas empresas do setor informal nota-se que os homens trabalham, principalmente, no comércio (27%) e na construção civil (25%) enquanto as mulheres no comércio (24,8%) e nos serviços técnicos e

auxiliares (27%). Embora no total 38% tenham apenas o 1° grau incompleto, as mulheres apresentam um nível de qualificação formal superior ao dos homens. Cerca de 2/3 dos homens não chegou a completar o 1° grau e 7% têm o 2° grau completo, enquanto entre as mulheres 48% não completou o 1° grau e 19% têm o 2° grau completo. Cerca de 70% têm contrato de trabalho por tempo indeterminado e já estão ocupados nestas empresas a mais de 5 anos, sendo que as relações pessoais e veículos de amizade são o principal caminho para sua entrada no negócio.

As informações da ECINF permitem traçar um perfil dos proprietários do setor informal em relação às motivações, pré-condições para início de suas atividades e tempo de permanência nestas, além de indicações sobre sua história de trabalho. Para melhor compreender quem são estes proprietários, duas características são fundamentais: gênero e posição na ocupação. Os trabalhadores por conta própria representam 90% dos proprietários e os empregadores 10%. A proporção de homens é de 61% e de mulheres 39%.

As duas principais motivações para o início de suas atividades atuais foram o fato de querer ser independente, ou seja, não ter patrão (25%) e desejar complementar a renda (21%). A análise por gênero mostra, entretanto, que enquanto o primeiro motivo é mais importante entre os homens, o segundo aparece em primeiro lugar para as mulheres. Não ter encontrado emprego é o motivo responsável por quase 17% dos homens terem iniciado suas atividades atuais no setor informal, enquanto só 9% das mulheres apresenta esta razão. Para elas, por outro lado, motivos como desejar um horário flexível têm maior importância do que para os homens.

Um terço dos proprietários do setor informal não precisou de capital para dar início a sua atividade, enquanto mais de 40% utilizaram recursos próprios (venda de bens e imóveis, poupança anterior, salários, etc.), 11% lançaram mão de recursos recebidos como indenização trabalhista e 8% recorreram a empréstimos de parentes.

Duas afirmações, sempre presentes quando se ouve falar em setor informal são colocadas em cheque com os resultados desta pesquisa: a de que a atividade informal é temporária, exercida principalmente enquanto se espera um emprego no setor formal e a de que uma das características de seus trabalhadores é ser migrante e ainda não conhecer bem o mercado de trabalho local.

Mais da metade (56%) dos proprietários de empresa do setor informal exerce esta atividade há mais de 5 anos, sendo que 30% o fazem há 10 anos ou mais e, apenas 14% está no informal há menos de 1 ano. Por outro lado, 50% dos proprietários nasceram e sempre moraram no Rio de Janeiro e entre os imigrantes, 94% já reside na cidade há 5 anos ou mais.

Analisando a história de trabalho destes proprietários do setor informa, verifica-se que quase 81% começaram a trabalhar antes de 18 anos. Os homens iniciam sua vida ativa antes das mulheres, pois 51% destes entraram no mercado de trabalho com 14 anos ou menos de idade, enquanto só 33% das mulheres o fizeram.

Por fim, cabe mencionar, que menos de 4% dos proprietários investigados declararam ter outro trabalho além daquele do setor informal, situação diferenciada apenas para os das empresas de serviços técnicos e auxiliares, onde 13% dos proprietários apresentam esta característica.

V - Comentários Finais

Para concluir essa primeira abordagem sobre a pesquisa feita no Rio de Janeiro vale a pena discutir rapidamente os principais problemas enfrentados na implantação desta metologia de pesquisa.

A primeira questão relaciona-se ao grande número de perdas entre os domicílios selecionados para a amostra.

Embora tenham sido selecionados 2.286 domicílios onde havia pelo menos um morador que era proprietário do setor informal, apenas 2.040 entrevistas foram realizadas. Essa diferença deve-se a erros ocorridos na listagem e a recusas dos moradores em responder ao questionário.

Verificou-se, ainda, um grande número de domicílios onde não havia mais a presença de proprietários do setor informal. Apenas em 1.481 domicílios a entrevista foi completa; nos outros 559 domicílios observou-se mudança na situação de trabalho ou classificação incorreta. O primeiro caso inclui aqueles em que proprietários do setor informal, à época da listagem, neste momento tinham encontrado empregos formais. O segundo grupo na verdade era constituído trabalhadores domésticos, empregados sem carteira ou empregadores com mais de 5 empregados.

Em algumas situações houve recusa do informante em prestar informações sobre sua atividade informal, que é secundária, já que legalmente estariam impedidos de exercê-la. Este é o caso, principalmente, de policiais que também exercem atividades informais.

Além dessas dificuldades decorrentes da alta mobilidade e rotatividade das pessoas ocupadas no setor informal, outra encontrada no trabalho de campo foi a de ter como informante o proprietário da unidade informal. Essas pessoas, se não trabalham em sua própria casa, muitas vezes têm uma jornada de trabalho muito longa, tornando-se difícil encontrá-las.

Outro tipo de dificuldade relaciona-se à investigação de variáveis quantitativas. Observou-se um nível não desprezível de recusas em informar valores de receitas, de despesas ou de equipamentos utilizados. Esta reação, provavelmente, pode ser causada pelo medo que os proprietários têm de que estes resultados sejam utilizados para ampliar a fiscalização sobre eles. Ou ainda, com maior probabilidade, decorre da inexistência de registros contábeis sistemáticos das transações efetuadas para desenvolver a atividade.

A definição operacional por nós utilizada para alcançar os proprietários do setor informal foi bastante ampla, permitindo captar, também, algumas microempresas formalizadas. No conjunto das unidades pesquisadas apenas 3% apresentaram características

que as classificam no setor institucional "Empresas" no sistema de contas nacionais. Por outro lado, esta definição foi restrita ao deixar fora do escapo da pesquisa aquelas empresas de empregadores informais, não registradas, que têm mais de 5 empregados e não são objeto de nenhum outro levantamento estatístico.

Reflexão separada deve ser feita para as atividades desenvolvidas por profissionais liberais. Estes profissionais, em sua maioria, têm uma série de atributos que os afastam das unidades tipicamente informais: alto nível de escolaridade; utilização de técnicas avançadas, muitas vezes envolvendo máquinas e equipamentos sofisticados, exigência de registros junto aos conselhos profissionais, etc. Entretanto, um dos requisitos para inclusão no setor informal, é a existência de separação entre o patrimônio da unidade econômica e o da família proprietária desta unidade. Porém, entre as unidades pertencentes aos profissionais liberais, esta condição nem sempre é cumprida. Foram encontradas situações em que na prática dois ou mais destes profissionais formam uma sociedade informal no sentido de que dividem sala, telefone, secretária e outras despesas gerais, mesmo não tendo se constituído, juridicamente, em sociedade.

Por fim cabe dizer que, neste documento, foi feito um esforço para mostrar as potencialidades abertas para o conhecimento do setor a partir da pesquisa de Economia Informal Urbana. A abordagem mais aprofundada dos pontos aqui tratados permitirá melhor apreciação da realidade do setor.